

# Vital Moreira e Luís Paulo Alves integram missão de observação às eleições em Moçambique



Os Deputados Vital Moreira e Luís Paulo Alves integraram a Delegação do Parlamento Europeu que se deslocou, entre 25 e 30 de Outubro, a Moçambique para acompanhar as eleições no país. A Delegação do PE integrou a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE/UE) para as eleições presidenciais, legislativas e assembleias provinciais que decorreram a 28 de Outubro. Os 131 observadores



da União Europeia, Canadá, Noruega e Suíça foram distribuídos por todo o país e a MOE/UE permaneceu até à conclusão do processo eleitoral. Os observadores parlamentares consideram que o processo decorreu de uma forma "muito bem organizada". Os eurodeputados sublinham que a vontade do povo moçambicano "se manifestou livremente" num "clima geral de paz, civismo e confiança". Os observadores salientam a importante participação dos jovens na organização do processo democrático. Igualmente importante foi o papel das numerosas mulheres que se deslocaram para votar

ou para participar na organização do escrutínio. De acordo com os resultados provisórios, o vencedor das eleições foi o Presidente Guebuza, com cerca de 80% dos votos. A participação eleitoral rondou os 41%. O trabalho de observação eleitoral é uma componente importante da política de promoção dos direitos humanos e democratização da União Europeia, em todo o mundo. O PE desempenha um importante papel nestas missões e, desde 1984, data do envio da primeira missão de observação a El Salvador, já participou na observação de mais de 100 actos eleitorais em todo o mundo.

## Ana Gomes defende combate à corrupção e controlo dos paraísos fiscais



Ana Gomes participou na 18ª Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE

, que teve lugar em Luanda, entre 28 de Novembro e 3 de Dezembro. Esta Assembleia é o primeiro parlamento Norte-Sul do mundo e tem a sua base jurídica no Acordo de Cotonou, que vincula a UE e os seus 27 membros, bem como os 79 países de África, Caraíbas e Pacífico. Tratou-se da primeira grande reunião internacional organizada em Luanda desde que Angola alcançou a paz em 2002. A sessão foi aberta pelo Presidente José Eduardo dos Santos e contou com a participação de 400 delegados,



sendo a UE representada por 56 eurodeputados (3 de Portugal), pelo Comissário para o Desenvolvimento, Karel de Gucht, em representação da Comissão e pela Ministra Gunnilla Carlson, em representação da actual Presidência Sueca da UE. Na agenda esti-

veram temas como o impacto da crise financeira internacional sobre os países em desenvolvimento, a reforma das instituições financeiras internacionais, as alterações climáticas, os acordos de parceria económica, a análise do Documento de Estratégia

para a cooperação UE/Angola, as situações no Níger e em Madagáscar face aos golpes de estado ocorridos naqueles países. No debate sobre a mitigação do impacto da crise financeira internacional nos países em desenvolvimento, Ana Gomes chamou a atenção para o apelo feito, dias antes, pelo Presidente Eduardo dos Santos, dirigido aos militantes do MPLA que se reúnem em Congresso esta semana, considerando que "foi um surpreendente apelo à 'tolerância zero' contra a corrupção, que tem desviado boa parte das receitas em recursos naturais do desenvolvimento de Angola e da melhoria das condições de vida do seu povo, apesar da evolução positiva verificada desde que há paz neste país".

Mas a Deputada sublinhou que a corrupção não ocorre apenas nos países em desenvolvimento, pois "a maior parte dos fundos públicos desviados acaba em bancos no exterior, frequentemente na Europa, incluindo no meu país, Portugal. São bancos que fecham os olhos à proveniência criminosa desses fundos e que os ajudam a 'lavar', através de paraísos fiscais - uma actuação igualmente corrupta e criminosa". Por isso, Ana Gomes defendeu que "ao considerarmos as formas de mitigar os efeitos da crise financeira internacional nos países ACP, se inclua a pressão sobre os nossos governos - ACP e UE - para adoptarem medidas para travar a corrupção, a

evasão fiscal e as actividades financeiras ilícitas, que desviam recursos do desenvolvimento, não só através da eficaz regulação, supervisão e responsabilização da banca, mas também através do controlo dos paraísos fiscais a nível global". Estas são medidas já defendidas pela Deputada antes de eclodir a crise financeira global, nomeadamente, através de uma petição contra a corrupção que lançou no ano passado, juntamente com outros Membros do PE, apontando uma série de medidas concretas que a UE e seus Estados-Membros deveriam adoptar para combater a corrupção. A petição pode ser subscrita no site [www.stopcorruption.eu](http://www.stopcorruption.eu).

## PE aprova resolução promovida por Edite Estrela que defende proibição total de fumar em espaços públicos fechados



Por iniciativa da Deputada Edite Estrela, o Parlamento Europeu aprovou,

na sessão plenária de Novembro, em Estrasburgo, uma importante resolução que defende a necessidade de "uma proibição total de fumar" nos locais públicos na UE. "Só uma proibição total de fumar aplicável em todos os locais de trabalho fechados, incluindo o sector da restauração e dos bares, e em todos os estabelecimen-



tos e meios de transportes públicos pode proteger a saúde dos trabalhadores e dos não fumadores e fazer com que seja muito mais fácil para os fumadores deixar de fumar", lê-se no texto. O PE lamenta que "a falta de regulamentação exaustiva relativa à proibição do consumo de tabaco na maioria dos Estados-Membros (em especial nos sectores da hotelaria e do entretenimento) resulte em desigualdades entre diversos grupos profissionais e socioeconómicos". Os eurodeputados instam assim "os Estados-Membros

a prosseguir com a introdução de normas relativas à protecção dos não fumadores no domínio da protecção de saúde dos trabalhadores e a reforçar os esforços já empreendidos para proteger os não fumadores". Edite Estrela, que foi a portavoza da Comissão de Saúde Pública do PE na interpelação à Presidência da UE que decorreu na sessão plenária de Novembro, manifestou no final da votação a sua satisfação pelo facto de a resolução ter sido aprovada por esmagadora maioria (apenas 53 votos contra e 45

abstenções). "Esta expressiva votação significa que o PE está seriamente empenhado em proteger todos os trabalhadores, incluindo os da restauração e da hotelaria, do "fumo passivo" nos seus locais de trabalho", afirmou a eurodeputada socialista. Na sequência deste debate, o próximo Conselho de Ministros responsáveis pelas pastas da Saúde e Políticas Sociais da UE que se pronunciará sobre o assunto deverá ter em conta a posição do Parlamento. A resolução reforça assim o apelo para que os Vinte e Sete avancem

com medidas mais restritivas nesta área. O PE sublinha que "a exposição ao fumo do tabaco presente no ambiente - também chamado «fumo passivo» - constitui uma fonte adicional significativa de mortalidade, morbidade e incapacidade na União Europeia". Os eurodeputados consideram que "todos os cidadãos têm direito a um nível elevado de protecção da sua saúde e a serem protegidos contra a exposição passiva ao fumo de tabaco e que as crianças são particularmente vulneráveis ao fumo do tabaco".